

Sindicato também quer regionalizar os portos

O Sindicato dos Portuários do Espírito Santo se manifestou favorável à proposta de regionalização da administração dos portos, feita pelo Governo do Estado, desde que a medida absorva todo o complexo portuário do Estado. "Se a regionalização abranger apenas os portos administrados diretamente pela Codesa, a iniciativa irá representar um retrocesso", assinalou o vice-presidente do Sindicato, Irineu Barros Filho.

Ele destacou que se todo o complexo portuário estiver sob um único comando haverá um planejamento operacional ampliado, com racionalização da utilização de recursos e da infra-estrutura instalada. O vice-presidente do Sindicato dos Portuários enfatizou que para a economia do Estado o planejamento integrado é altamente viável, justificando que, com a menor demora na espera dos navios que operam no cais, os exportadores pagariam menos **dummurge** — adicional que os armadores cobram dos exportadores por tempo de espera dos navios na barra.

"Hoje isso significa transferência de divisa do Brasil para o estrangeiro", explicou Irineu Barros Filho, esclarecendo, em seguida, que se regionalizando todo o complexo portuário haverá racionalização do planejamento e diminuição ou extinção das taxas adicionais que são impostas pelos armadores. Ele destacou, porém, que a regionalização representará uma vantagem se for restringida apenas aos portos administrados pela Co-

desa, pois prejudicaria os pequenos e médios exportadores.

O vice-presidente do Sindicato explicou que o sistema portuário funciona em função da quantidade de cargas que movimentam. "Como os terminais da Codesa e os especializados movimentam cargas diferentes, se não houver integração o custo de operação do terminal de carga geral seria inviabilizado em função dos terminais especializados, que operam outros tipos de cargas, e portanto, são mais dinâmicos", disse. Ele acrescentou que, se somente os portos da Codesa forem estadualizados, a economia do Estado seria prejudicada, porque os pequenos e médios exportadores não têm condições de operar nos terminais especializados, uma vez que a demanda de carga é pequena. "Esses exportadores passariam a operar em outros Estados, onde há portos de carga geral, havendo, portanto, desvios de recursos", salientou Irineu Barros Filho.

Ele observou, porém, que a questão depende da aprovação do projeto de lei 008, que definirá o modelo de administração dos portos. Ressaltou ainda que a proposta do Governo do Estado, de abrir o complexo portuário à participação dos demais Estados abrangidos pelo Corredor de Exportação Centro-Leste, pode representar um risco de evasão de recursos para o Espírito Santo. "Alguns dos projetos que poderiam ser implantados aqui podem ser desviados para outros Estados", concluiu o vice-presidente do Sindicato.